



UMA AMBIÇÃO
UM COMPROMISSO
UM RUMO



OTOC
ORDEM DOS TÉCNICOS
OFICIAIS DE CONTAS

ISBN: 978-972-9171-86-4

***A RESERVA LEGAL NAS COOPERATIVAS – UM ESTUDO DE CASO DE UMA
COOPERATIVA CENTENÁRIA PORTUENSE***

Autoras:

Deolinda Aparício Meira

Instituto Politécnico do Porto/ISCAP/CECEJ
meira@iscap.ipp.pt

Ana Maria Bandeira

Instituto Politécnico do Porto/ISCAP/CECEJ/CEPESE
bandeira@iscap.ipp.pt

Ana Luísa Ferreira

Bolseira do Instituto Politécnico do Porto/ISCAP/CECEJ
ana_luisa_ferreira@hotmail.com

Área temática: A5) Contabilidade do Setor não Lucrativo

Palavras Chave

Cooperativas; Sociedades Comerciais; Reservas; Reserva Legal; Cooperativa dos Pedreiros

Metodologia de Investigação: M2) Case/Field Study (Estudo de Caso)

RESUMO

O objetivo da presente comunicação consiste em refletir sobre as principais diferenças entre o tratamento jurídico e contabilístico da reserva legal nas cooperativas e nas sociedades comerciais. Assim, partindo de uma análise crítica do regime previsto no Código Cooperativo Português, e tendo por referência os documentos contabilísticos da Cooperativa dos Pedreiros, esta comunicação procura responder a questões pertinentes no que concerne à constituição e utilização da reserva legal e à sua finalidade quer durante a vida das cooperativas quer no momento da dissolução e liquidação do seu património.

Os resultados do estudo confirmam que a reserva legal nas cooperativas tem um regime jurídico diferente face ao das sociedades comerciais, nomeadamente quanto ao destino da reserva legal, que nas cooperativas se circunscreve à cobertura de perdas, bem como a sua irrepartibilidade.

Tendo em conta o carácter variável do capital social cooperativo, a reserva legal apresenta-se como o recurso financeiro de melhor qualidade nas cooperativas. Impõe-se, no entanto, uma alteração ao normativo jurídico português aplicável às cooperativas quanto a aspetos particulares do regime jurídico das cooperativas, destacando-se a necessidade do estabelecimento de uma hierarquia entre as diferentes reservas, no sentido de que, para efeitos de cobertura de prejuízos, a reserva legal só seja movimentada depois de esgotadas as outras reservas.

Palavras Chave

Cooperativas; Sociedades Comerciais; Reservas; Reserva Legal; Cooperativa dos Pedreiros

ABSTRACT

The aim of this study is to reflect on the major distinctions between the legal and accounting handling of the legal reserve in cooperatives and in commercial companies. Starting with a critical analysis of the legal regime provided by the Portuguese Cooperative Code and by referencing the accounting documents of the Cooperativa dos Pedreiros, this work seeks to answer probing questions regarding both the allocation and usage of the legal reserve, either during its useful life or dissolution and liquidation.

The study's results show that the legal reserve in cooperatives is under a different legal framework than commercial companies, namely as both the allocation of the legal reserve (which in cooperatives is limited to loss coverage) and the fact that the cooperative legal reserve is indivisible, even in the event of cooperative dissolution.

When taking into account the variability of the share capital in a cooperative, the legal reserve is also its best qualified resource, although changes to the a few particular aspects of the legal framework in which they are based are in order. The legal reserve can only be used to cover losses, which may not be covered by other reserves.

Keywords

Cooperatives; Commercial Companies; Reserves; Legal Reserves; “Cooperativa dos Pedreiros”

1. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

“As reservas poderão ser definidas como valores que os sócios, por imposição legal ou contratual, não podem ou não querem distribuir” (Domingues, 2004:222). Contabilisticamente, a reserva será uma parcela *“do resultado positivo apurado no exercício, que se cativa no património para efeito de reforçar o capital da empresa e de colocar este em condições de poder fazer face a qualquer prejuízo ou desenvolvimento futuros”* (Amorim, 1973:100).

As reservas podem ser impostas por lei, (reservas legais), podem ser impostas pelo contrato de sociedade, (reservas estatutárias), ou podem resultar de uma deliberação da Assembleia geral, fundada numa administração prudente (reservas livres) (Meira, 2011a).

O Código Cooperativo Português¹ (CCoop)², no Capítulo VI, prevê a existência de cinco tipos de reservas: a reserva legal (art.º 69.º do CCoop), a reserva para a educação e formação cooperativas (art.º 70.º do CCoop), outras reservas (art.º 71.º do CCoop) que contemplam as reservas previstas na legislação complementar aplicável a cada um dos ramos do setor das cooperativas, as reservas impostas pelos estatutos e as reservas constituídas por deliberação da Assembleia geral.

A reserva legal e a reserva para a educação e formação cooperativas são obrigatórias. As reservas previstas na legislação complementar dos diversos ramos cooperativos poderão ter carácter obrigatório dependendo do que dispuser o preceito do qual resultam. As reservas que dependem da vontade dos cooperadores, manifestada em Assembleia geral, denominam-se reservas livres.

Nas cooperativas, tal como nas sociedades comerciais, as reservas têm como função imediata reforçar o potencial económico e a solvência da entidade. Deste modo, a doutrina afirma que as reservas desempenham uma função de garantia do capital social (Domingues, 2004; Meira, 2009). Tal como será destacado mais adiante.

¹Lei n.º 51/96, publicada em Setembro de 1996 e que entrou em vigor em 1 de janeiro de 1997 - trata, entre outras matérias, da constituição e da dissolução, do regime económico e da estrutura orgânica da cooperativa, bem como dos direitos e deveres dos cooperadores. O Código Cooperativo Português foi, entretanto alterado pelos seguintes diplomas: Decreto-Lei n.º 343/98 de 6 de novembro; Decreto-Lei n.º 131/99 de 21 de abril; Decreto-Lei n.º 108/2001 de 6 de abril; Decreto-Lei n.º 204/2004 de 19 de agosto; Decreto-Lei n.º 76-A/2006 de 29 de março e Decreto-Lei n.º 282/2009 de 7 de outubro.

² Neste texto, daqui em diante, quando for referido o Código Cooperativo Português, será usado o acrónimo CCoop.

Esta função assume particular relevância nas cooperativas, dado o carácter variável do seu capital social. De acordo com art.º 2.º, n.º 1 do Ccoop, “*as cooperativas são pessoas colectivas autónomas, de livre constituição, de capital e composição variáveis*”.

A variabilidade do capital social resulta do Princípio cooperativo “*Adesão voluntária e livre*” (art.º 3.º do CCoop), nos termos do qual “*as cooperativas são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a utilizar os seus serviços e dispostas a assumir as responsabilidades de membro, sem discriminações de sexo, sociais, políticas, raciais ou religiosas*” deste princípio resulta a voluntariedade na adesão e a liberdade na saída dos cooperadores (Meira, 2009).

Esta característica aparece também reconhecida no n.º 1 do art.º 18.º do CCoop que consagra expressamente que o capital social das cooperativas é variável. Esta variabilidade relaciona-se sobretudo com a liberdade na saída, traduzida no reconhecimento de um direito de demissão, previsto no art.º 36.º, n.º 1, do CCoop.

Ora os cooperadores quando se demitem têm direito ao reembolso da sua entrada de capital (art.º 36.º, n.º 3, do CCoop). De facto, “*ao cooperador que se demitir será restituído (...) o montante dos títulos de capital realizados segundo o seu valor nominal*”. Desta forma, a cooperativa caracteriza-se por uma variabilidade estrutural, quer no plano dos cooperadores quer no plano do capital social, uma vez que este poderá aumentar por novas entradas de cooperadores e reduzir-se por reembolso das entradas dos cooperadores que se demitam, sem necessidade de alteração dos estatutos da cooperativa. A principal consequência de tal variabilidade traduzir-se-á na “*diminuição das qualidades financeiras do capital social, designadamente da segurança económica e financeira que o mesmo poderia representar perante os terceiros credores, podendo dificultar o financiamento externo das cooperativas e, em determinadas situações, conduzi-las a uma situação de subcapitalização*” (Meira & Ramos, 2014: 90).

Neste contexto as reservas obrigatórias, nomeadamente a reserva legal, surgem como uma forma de atenuar o carácter variável do capital social. É neste sentido que Donário (2013), afirma que a criação destas reservas é o mecanismo encontrado pela lei para forçar a poupança emergente dos excedentes, permitindo melhorar e aumentar o capital próprio da cooperativa, garantindo os interesses dos terceiros credores e dos próprios cooperadores.

No caso dos credores, a cooperativa, sendo obrigada a não desviar do seu ativo os valores necessários para a cobertura das reservas (que crescerão todos os anos, exceto nos anos que encerrarem com saldos negativos) até atingirem os limites impostos por lei ou pelos estatutos, reforçará o fundo de garantia, o que lhes permitirá oferecer uma maior segurança aos credores e, nesta medida, obter mais facilmente crédito (Meira, 2009).

O reforço das reservas beneficiará, igualmente, os cooperadores pois, por um lado, quanto maiores os fundos de reserva obrigatórios mais sólida será a estrutura financeira da empresa, fomentando a expansão da atividade social e, por outro lado, defenderá os interesses dos cooperadores em caso de liquidação da cooperativa. Neste último caso, se quando se procede à venda dos diferentes elementos do ativo, se verificar a impossibilidade de obtenção do justo valor ou do valor inscrito no balanço, o que implicará uma perda para os cooperadores (em virtude do valor do ativo líquido não perfazer o montante do capital social inicial), a existência de um fundo de reserva neutralizará, no todo ou em parte, a perda ou prejuízo (Meira, 2009).

Acresce, como destacaremos desenvolvidamente mais adiante, que as reservas obrigatórias nas cooperativas não podem ser repartidas entre os cooperadores quer durante a vida social, quer no momento de liquidação da cooperativa, o que constitui uma especificidade das reservas cooperativas face à das sociedades comerciais (Meira, 2011b; Namorado, 2013).

2. ELEMENTOS GERAIS DO REGIME JURÍDICO DA RESERVA LEGAL

2.1. Constituição da reserva legal na cooperativa

O regime jurídico da reserva legal cooperativa está previsto no art.º 69.º do CCoop.

No que respeita às fontes desta reserva, o n.º 2 do art.º 69.º do CCoop estabelece que, *“reverte para esta reserva, segundo a proporção que for determinada nos estatutos ou, caso estes sejam omissos, pela assembleia geral, numa percentagem que não poderá ser inferior a cinco por cento: as jóias e os excedentes anuais líquidos”*.

A jóia está prevista no art.º 25.º do CCoop, nos termos do qual *“os estatutos da cooperativa podem exigir a realização de uma jóia de admissão, pagável de uma só vez ou*

em prestações periódicas” (n.º1). O n.º 2 do art.º 25.º do CCoop dispõe que o montante das jóias “*reverte para reservas obrigatórias, conforme constar dos estatutos, dentro dos limites da lei*”.

Os excedentes anuais líquidos, de que se fala na al. b) do n.º 2 do art.º 69.º do CCoop, resultam das operações desenvolvidas pela cooperativa com os seus cooperadores. De facto, as cooperativas operam com os seus membros, no âmbito de uma atividade que a eles se dirige e na qual participam cooperando (atividade cooperativizada). Neste sentido, o art.º 34.º, n.º 2, al. c), do CCoop estabeleceu que os cooperadores deverão “*participar em geral nas atividades da cooperativa e prestar o trabalho ou serviço que lhes competir*”. Assim, os excedentes significam um valor provisoriamente pago a mais pelos cooperadores à cooperativa ou pago a menos pela cooperativa aos cooperadores, como contrapartida da participação destes na atividade da cooperativa. O excedente resulta, pois, de operações da cooperativa com os seus cooperadores, sendo gerado à custa destes, constituindo o resultado de uma renúncia tácita dos cooperadores a vantagens cooperativas imediatas. Uma percentagem do excedente de exercício, resultante das operações com os cooperadores, reverterá, então, para a reserva legal (Meira, 2012).

A constituição da reserva deixará de ser obrigatória a partir do momento em que atinja “*um montante igual ao máximo do capital social atingido pela cooperativa*” (n.º 3 do art.º 69.º do CCoop).

O capital social a que o legislador se refere é o expresso no balanço (que deverá ser confirmado anualmente) pelo simples facto do capital mínimo legal ser muito baixo³ e facilmente as cooperativas atingiriam o limite, ficando rapidamente libertadas da dotação da reserva legal (Meira, 2009).

2.2. Utilização da reserva legal na cooperativa

Conforme o disposto no n.º 1 do art.º 69.º do CCoop, a reserva legal é de constituição obrigatória e destina-se “*a cobrir eventuais perdas de exercício*”. O destino da reserva legal nas cooperativas é mais restrito do que nas sociedades comerciais (Meira, 2011b). Nestas, a

³ Nos termos do art.º 18.º n.º 2 do CCoop, serão os estatutos a fixar o capital social mínimo da cooperativa, o qual não poderá ser inferior a 2.500eur, salvo legislação complementar aplicável a cada um dos ramos do setor cooperativo.

reserva legal poderá ser utilizada para cobrir prejuízos e para aumentar o capital social, segundo o art.º 296.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC)^{4/5}.

De acordo com Domingues (2012), o art.º 296.º do CSC deve ser entendido com prioridades imperativas no que concerne ao destino a dar à reserva legal. Esta deverá em primeiro lugar servir para a cobertura de prejuízos do exercício, depois para a cobertura dos prejuízos transitados (a reserva legal só poderá ser utilizada na cobertura de prejuízos no caso de não existirem outras reservas que possam ser usadas para esse fim). Por último, a reserva legal poderá ser destinada à incorporação no capital social, mas apenas, se a sociedade não apresentar prejuízos.

A função de cobertura de prejuízos, também é identificável na reserva legal da cooperativa, mas não a possibilidade da sua utilização para aumentar o capital social.

O aumento de capital por incorporação de reservas só poderá ser feito utilizando reservas não obrigatórias e cuja dotação não derive de resultados provenientes de operações com terceiros. No caso de se permitir a utilização da reserva legal ou de outras reservas obrigatórias constituídas com resultados provenientes de operações com terceiros ou resultados extraordinários (que têm natureza de lucros) para aumentar o capital social, poderíamos assistir a uma distribuição indireta de lucros, proibida pelo art.º 73.º do CCoop. Esta proibição resulta do facto de a cooperativa não ter a título principal uma finalidade lucrativa, mas um escopo mutualístico, traduzido na satisfação das necessidades do cooperador (Meira, 2011a).

Efetivamente num aumento de capital por incorporação de reservas o cooperador ficaria com mais títulos de capital ou com os mesmos mas com maior valor nominal. Ora o cooperador quando se retira da cooperativa (por demissão ou exclusão) terá direito ao “*montante dos títulos de capital realizados segundo o seu valor nominal*” (art.ºs 36.º e 37.º do CCoop). Deste modo, torna-se evidente, que o eventual aumento do capital social por incorporação de reservas obrigatórias, implicaria não apenas a violação do art.º 72.º do CCoop, mas também, do art.º 79.º do CCoop.

⁴ Neste texto, daqui em diante, quando for referido o Código das Sociedades Comerciais, será usado o acrónimo CSC.

⁵ O art.º 296.º do CSC dispõe a utilização da reserva legal. Neste sentido, a reserva legal pode ser utilizada para al. a) “cobrir a parte do prejuízo acusado no balanço do exercício que não possa ser coberto pela utilização de outras reservas”; al. b) “Para cobrir a parte dos prejuízos transitados do exercício anterior que não possa ser coberto pelo lucro do exercício nem pela utilização de outras reservas “ e al. c) “ Para incorporação no capital”.

Ressalve-se que, mesmo não tendo em conta as disposições anteriores, a reserva legal tem um destino preciso, fixado por lei, o qual não contempla a possibilidade de ser integrada no capital social ou ser distribuída pelos cooperadores (Meira, 2011a).

A utilização da reserva legal apenas para cobertura de perdas evidencia de forma clara a sua função de garantia do capital social, evitando, deste modo, que as perdas decorrentes da atividade empresarial da cooperativa incidam diretamente sobre o capital social e determinem a sua redução (Meira, 2011b).

Para que a reserva legal desempenhe adequadamente esta função, é necessário o estabelecimento de uma hierarquia entre as reservas (tal como nas sociedades comerciais) colocando-se a reserva legal no último degrau da escala, ou seja para efeitos de cobertura de prejuízos ela só seria movimentada depois de esgotadas as outras reservas (Meira, 2011a).

Ora, não é este o regime que resulta do art.º 69.º do CCoop. Os n.ºs 1 e 4 deste preceito permitem que as perdas sejam imputadas em primeiro lugar e integralmente à reserva legal, em vez de serem imputadas previamente às reservas livres, como seria de esperar atendendo à função garantística desempenhada pela reserva legal.

Acresce que o CCoop não estabeleceu uma imputação em função da origem das perdas, ou seja as perdas imputadas à reserva legal poderão ter origem na atividade cooperativizada⁶, em operações com terceiros, ou mesmo operações de carácter extraordinário (por exemplo a alienação de ativos, a participação ou investimento em outras sociedades de natureza não cooperativa) (Meira, 2010).

Salienta-se mesmo que quanto às perdas resultantes das operações com os cooperadores, em muitos casos elas têm uma origem muito concreta: a sobrevalorização dos levantamentos antecipados ou a subvalorização da importância a pagar pelo cooperador (Meira e Ramos, 2014), pelo que nessa situação tais perdas deveriam ser imputadas aos próprios membros, sob pena de a cooperativa estar a retribuir a participação daqueles cooperadores na atividade cooperativizada acima dos resultados obtidos (Meira, 2011a).

⁶ Segundo Meira (2010), a atividade cooperativizada corresponde à atividade económica desenvolvida pela cooperativa com os cooperadores e terceiros, intimamente vinculada com o objeto social da cooperativa. Desta forma, abrangerá, quer os atos realizados entre as cooperativas e os seus membros, quer as operações com terceiros, desde que inseridas na prossecução do objeto social.

Por último, sendo a reserva utilizada na cobertura de prejuízos, é obrigatória a sua reconstituição “*até ao nível anterior em que se encontrava*” (n.º 4 do art.º 69.º do CCoop). No caso do montante da reserva legal não ser suficiente para a cobertura de prejuízos do exercício, a diferença poderá, mediante deliberação da Assembleia geral, ser exigida aos cooperadores, na proporção das operações realizadas por cada um deles, sendo a reserva legal reconstituída até ao nível anterior em que se encontrava.

Evidencia-se, neste preceito, a importância atribuída pela lei à reserva legal, como forma de evitar situações de rotura do processo produtivo das cooperativas. Contudo, esta salvaguarda dependerá da vontade dos cooperadores, manifestada em Assembleia geral. Ora, dificilmente os cooperadores deliberarão em tal sentido, uma vez que esta decisão lhes é prejudicial do ponto de vista financeiro (Meira, 2011a).

2.3. A irrepartibilidade e o destino da reserva legal no caso de liquidação do património da cooperativa

Como referido anteriormente, o regime de irrepartibilidade da reserva legal da cooperativa pelos cooperadores, quer durante a vida social quer no momento de liquidação da cooperativa, estende-se a todas as reservas obrigatórias e a todas as reservas constituídas por fundos provenientes de operações com terceiros (Meira, 2011b; Namorado, 2013).

Neste sentido, o art.º 72.º do CCoop consagrou que “*todas as reservas obrigatórias, bem como as que resultem de excedentes provenientes de operações com terceiros, são insusceptíveis de qualquer tipo de repartição entre os cooperadores*”.

Este regime é diverso do das sociedades comerciais, em que as reservas são na realidade lucros não distribuídos entre os sócios e relativamente aos quais os sócios conservam uma expectativa de direito que, com a constituição de reservas, fica simplesmente adiada para um momento posterior.

Por sua vez, o n.º 4 do art.º 23.º do CCoop dispõe que, no caso de não se poder operar a transmissão *mortis causa* dos títulos de capital, os sucessores terão direito a receber o montante dos títulos do autor da sucessão, segundo o seu valor nominal, “*corrigido em função da quota parte dos excedentes ou dos prejuízos e das reservas não obrigatórias*”.

Destes preceitos resulta a irrepartibilidade quer das reservas obrigatórias quer das reservas resultantes de operações com terceiros, independentemente do facto de estas últimas serem livres ou obrigatórias (Meira, 2011a).

A eventual distribuição de reservas entre os cooperadores violaria o Princípio cooperativo da “*Adesão voluntária e livre*”, pois tal princípio só se aplicaria caso todos os membros da cooperativa renunciassem a uma parte dos excedentes líquidos. De contrário, os cooperadores que permanecessem na cooperativa até ao momento de liquidação seriam os únicos a beneficiar das reservas obrigatórias geradas por todos os membros, incluindo os que entretanto saíram da cooperativa. Acresce ainda, que mesmo que nenhum cooperador tivesse saído da cooperativa até ao momento de liquidação, qualquer possibilidade de distribuição de reservas obrigaria a uma contabilidade analítica, de forma a determinar o contributo de cada cooperador para a constituição da reserva (Meira, 2011b).

Outra das peculiaridades que contraria a possibilidade de repartição assenta na própria natureza das reservas, pois estas são maioritariamente constituídas por fundos que provem de operações com terceiros, e que a serem distribuídas entre os cooperadores constituiriam um dividendo, destruindo a natureza não lucrativa da cooperativa (Meira, 2009).

Em caso de dissolução da cooperativa, o património líquido resultante, após pagamento das dívidas aos cooperadores e a terceiros e do resgate dos títulos de capital, será integrado numa nova cooperativa e, no caso de esta não ser criada, o património líquido será integrado numa cooperativa já existente (Donário, 2013).

No momento de liquidação do património da cooperativa, o montante da reserva legal, não afeto à cobertura das perdas de exercício e que não seja suscetível de aplicação diversa, poderá transitar com semelhante finalidade para a nova cooperativa que se formar na sequência de fusão ou cisão da cooperativa em liquidação⁷ (art.º 79.º, n.º 2, CCoop).

No caso de não suceder nenhuma nova entidade cooperativa, a aplicação do saldo das reservas obrigatórias reverte para outra cooperativa, preferencialmente do mesmo município, a determinar pela federação ou confederação representativa da atividade principal da cooperativa (art.º 79.º, n.º 3, CCoop).

⁷ O art.º 8.º, do Ccoop, retrata a possibilidade de fusão entre cooperativa. Dispõe o n.º 1, que “*é permitido às cooperativas associarem-se com outras pessoas coletivas de natureza cooperativa ou não cooperativa, desde que daí não resulte perda da sua autonomia*”. Contudo não podem adotar a forma cooperativa, de acordo com o n.º 2 “*as pessoas colectivas resultantes da associação de cooperativas com pessoas de fins lucrativos*”.

Esta impossibilidade de distribuir o património residual, em caso de liquidação, deriva do Princípio da distribuição desinteressada⁸ do qual resulta que, tendo em conta a função social que a cooperativa é chamada a cumprir, o destino daquele património, após liquidação, será a promoção do cooperativismo (Meira, 2012).

Deste modo, em caso de liquidação da cooperativa, o cooperador só terá direito a recuperar as suas entradas para o capital social e os juros que lhe correspondam (Meira, 2011b).

3. ELEMENTOS GERAIS DO REGIME CONTABILÍSTICO DA RESERVA LEGAL

Em Portugal, o regime contabilístico e de relato financeiro das cooperativas está previsto no Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho⁹.

O Sistema de Normalização Contabilística (SNC)¹⁰ veio introduzir as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF)¹¹, baseadas nas *International Accounting Standard International Financial Reporting Standards* (IAS/IFRS). É com base neste normativo que a generalidade das entidades elabora as suas demonstrações, excluindo-se as entidades que atuam no setor financeiro, no setor segurador e no setor bancário (art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 158/2009).

Tal, significa que as Entidades do Setor Não Lucrativo (ESNL)¹² encontram-se sujeitas ao SNC. Posteriormente à data de entrada em vigor do SNC, o Decreto-Lei n.º 36- A/2011 de 9 de março¹³, veio estabelecer um regime de normalização específico para as ESNL. Assim, “a

⁸ Meira (2009), afirma que tal princípio foi formulado pela primeira vez em França no ano de 1831, citando Lambert (1975) (nota 425), define o Princípio da distribuição desinteressada como uma existência destinada a garantir que os cooperadores, em caso de dissolução de uma sociedade cooperativa, façam doação do ativo líquido às reservas a favor de outra entidade cooperativa.

⁹ O Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de julho, aprova o Sistema de Normalização Contabilística.

¹⁰ Neste texto, daqui em diante, quando for referido o Sistema de Normalização Contabilística, será usado o acrónimo SNC.

¹¹ Neste texto, daqui em diante, quando for referido as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro, será usado o acrónimo NCRF.

¹² Neste texto, daqui em diante, quando for referido as Entidades do Setor não Lucrativo, será usado o acrónimo ESNL.

¹³ O Decreto-Lei n.º 36- A/2011 de 9 de março, aprova o regime de normalização contabilística para as microentidades e para as entidades do setor não lucrativo, consagra as regras que dispensam a apresentação de contas consolidadas por empresa mãe e a alteração do prazo para entrega dos pedidos de reembolso do IVA por sujeitos passivos não estabelecidos no Estado membro de reembolso aos períodos de imposto do ano de 2009.

normalização contabilística para as ESNL aplica-se às entidades que prossigam a título principal uma atividade sem fins lucrativos e que não possam distribuir aos seus membros ou contribuintes qualquer ganho económico ou financeiro direto” (art.º 5.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 36- A/2011).

Apesar das cooperativas serem, por definição, entidades sem fins lucrativos (art.º 2.º, n.º 1 do CCoop), cujo funcionamento se encontra sujeito a um conjunto de normas muito específicas, designadamente o CCoop, em termos de relato financeiro estão obrigadas a utilizar o mesmo normativo que as demais entidades do setor privado, com fins lucrativos (art.º 3.º n.º 1 alínea e) do Decreto-Lei n.º 158/2009). Em conformidade, o n.º 2 do art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 36-A/2011 exclui-as também da aplicação do SNC-ESNL, remetendo-as para os diversos enquadramentos contabilísticos possíveis (geral, pequenas empresas ou microentidades), nomeadamente em função da respetiva dimensão económica (Bandeira, 2014).

As reservas encontram-se agregadas à rubrica do capital próprio, entenda-se por este “*o interesse residual nos ativos da entidade depois de deduzir todos os seus passivos*” (§49 da Estrutura Conceptual prevista no SNC).

De acordo com o §65 da Estrutura Conceptual prevista no SNC, a criação de reservas é algumas vezes exigida pelos estatutos, ou por outra legislação, a fim de dar à entidade e aos seus credores uma medida adicional de proteção dos efeitos de eventuais perdas. Podem ser constituídas outras reservas se a legislação fiscal nacional conceder isenções de, ou redução em, passivos fiscais quando sejam feitas transferências para tais reservas. A existência e dimensão destas reservas legais, estatutárias e fiscais é informação que pode ser relevante para as necessidades de tomada de decisão dos utentes.

Acresce que as transferências para tais reservas são apropriações de resultados transitados, aquando da aplicação dos resultados positivos do exercício, após adequada aprovação das contas (Borges *et al.*, 2010).

O quadro seguinte mostra a classificação das reservas quanto à sua origem, sendo evidente que os termos utilizados - lucros e prémios de emissão - não se adequam às cooperativas.

Quadro 1: Classificação das Reservas quanto à sua origem, segundo o SNC

Reservas de Lucros
551- Reservas Legais
5511 % dos Lucros
552 Outras Reservas
5521 Reservas estatutárias
5522 Reservas contratuais
5523 Reservas livres
Reservas de Capital
54 Prémios de emissão
Excedentes de Revalorização
581 Reavaliações decorrentes de diplomas legais
589 Outros excedentes
Reservas de Subsídios
593 Subsídios
5931 Não à exploração e não ao investimento
5932 Subsídios ao investimento
Reservas de Doações
594 Doações
522 / 599 Reservas de mais-valias da alienação de ações próprias
552 Reservas de redução do capital social
552 Reservas de entradas dos sócios

Fonte: Estrutura Conceptual (adaptado)

As cooperativas tal como as sociedades comerciais são empresas que visam o exercício de uma atividade económica, dispondo o art.º 7.º n.º1 do CCoop que “*desde que respeitem a lei e os princípios cooperativos, as cooperativas podem exercer livremente qualquer atividade económica*” (Meira, 2012).

Contudo, nas cooperativas, contrariamente às sociedades comerciais, os resultados típicos são os excedentes e não os lucros. Sendo desenvolvidas atividades com terceiros, os mesmos são considerados lucros que, não podendo ser repartidos entre os cooperadores, reverterem obrigatoriamente para reservas irrepartíveis.

O retorno (nas cooperativas) e o dividendo (nas sociedades comerciais) têm em comum a característica de serem somas de dinheiro periodicamente repartidas. Todavia, enquanto que os dividendos são uma parte dos lucros que se distribuem pelos sócios, os retornos são

excedentes, isto é, são vantagens mutualistas geradas pela gestão cooperativa, na qual participam os cooperadores (Meira, 2012).

Isto explica uma das principais diferenças entre o excedente cooperativo e o lucro societário e que se prende com os critérios de distribuição: nas sociedades comerciais, os dividendos distribuem-se entre os sócios na proporção da participação do capital; na cooperativa, o excedente é gerado pelos cooperadores em consequência da atividade desenvolvida com a cooperativa, pelo que a cada cooperador corresponderá um retorno proporcional à sua participação nessa atividade.

A reserva legal compreende as quantias respeitantes a reservas não distribuíveis, de génese legal, estatutária ou outra, e cujo tratamento é definido pela NCRF 27 – Instrumentos Financeiros (Rodrigues, 2009).

Segundo o SNC e como o próprio nome indicia, na conta reserva legal devem ser contabilizadas - como apropriações dos lucros- as reservas requeridas por lei. Os movimentos contabilísticos para a constituição da reserva legal ocorrem nas contas de capital próprio. O esquema seguinte mostra as contas a movimentar na constituição e utilização da reserva legal.

Pela constituição da reserva legal

<u>56- Resultados transitados</u>	<u>551- Reservas legais</u>
x	x

Como se mostra no esquema, a conta da reserva legal é creditada pela aplicação de resultados. A percentagem dos excedentes a afetar à reserva legal está prevista nos estatutos da cooperativa, pelo que esse valor não poderá ser distribuído pelos cooperadores a título de retorno, ou para outras reservas que a Assembleia geral delibere constituir.

Como retratado anteriormente, a reserva legal na cooperativa (contrariamente às sociedades capitais) apenas pode ser utilizada na cobertura de prejuízos.

No esquema contabilístico seguinte apresentam-se as contas objeto de relevação na utilização da reserva legal na cobertura de prejuízos.

Pela utilização da reserva legal na cobertura de prejuízos

<u>81- Resultado Liq. Periodo</u>	<u>551- Reservas legais</u>
x	x
<u>56- Resultados transitados</u>	<u>551- Reservas legais</u>
x	x

Como se mostra no esquema, a conta da reserva legal é debitada pela utilização para compensação de prejuízo do exercício, por crédito da conta *81- Resultado líquido do período* ou pela utilização para compensação de prejuízos de exercícios anteriores, por crédito da conta *56- Resultados transitados*.

4. ESTUDO DE CASO: ANÁLISE DO TRATAMENTO JURÍDICO E CONTABILÍSTICO DA RESERVA LEGAL NA COOPERATIVA DOS PEDREIROS

4.1. Caracterização da Cooperativa dos Pedreiros

O estudo de caso tem por base a Cooperativa dos Pedreiros, assente num confronto entre esta e uma sociedade comercial com idêntica estrutura financeira.

A Cooperativa dos Pedreiros foi fundada no ano de 1914, por um grupo de operários especializados que na época estavam envolvidos na construção do Edifício da Estação de S. Bento (Porto) onde interiormente estava implantado um Convento daquela evocação.

Pela excelência dos seus trabalhos, a cooperativa tem sido reconhecida por diversas entidades e organismos públicos que lhe têm concedido as mais variadas distinções, destaque-se a Medalha de Prata concedida pela Direção de Minas e a Medalha de Mérito (grau ouro) concedida pela Câmara Municipal do Porto. Em 1990, por despacho publicado em Diário da República II Série n.º 284 de 11 de dezembro, a Cooperativa dos Pedreiros foi reconhecida como pessoa coletiva de utilidade pública, nos termos do Decreto-Lei n.º 460/77 de 7 de

novembro. A 31 de outubro de 1991, a cooperativa foi agraciada com o título de Membro Honorário da Ordem de Mérito.

Utilizando a metodologia de investigação adequada - a análise de conteúdo - foram examinados os documentos de prestação de contas da Cooperativa dos Pedreiros, dos exercícios de 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014 (desde a entrada do SNC). Numa primeira fase, procedemos à análise das suas características e, a seguir, à análise financeira, avaliando a importância da reserva legal. Na tabela 1, apresentam-se os indicadores dos últimos cinco exercícios económicos.

Tabela 1: Indicadores da Cooperativa dos Pedreiros

valores expressos em euros

	2010	2011	2012	2013	2014
Ativo	12.942.045,13	12.883.900,42	12.066.326,59	11.953.358,33	9.550.117,52
Passivo	2.237.043,12	2.046.347,68	1.478.277,17	1.582.604,14	1.405.120,50
Capital Próprio	10.705.002,01	10.837.552,74	10.588.049,42	10.370.754,19	8.144.997,02
Resultado líquido do Período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Capital Social	7.865,00	7.165,00	7.035,00	6.385,00	6.155,00
Reserva Legal	400.977,03	400.977,03	400.977,03	400.977,03	400.977,03
Reserva de Reavaliação	1.981.608,82	1.981.608,82	1.981.608,82	1.981.608,82	0
Outras Reservas	8.314.551,16	8.447.801,89	8.198.428,57	7.981.783,34	7.737.864,99

Fonte: Elaboração dos autores com base nas contas da Cooperativa dos Pedreiros

Como se constata na tabela 1, as reservas assumem um papel relevante no capital próprio da cooperativa.

Como referido anteriormente, as reversões para a reserva legal deixam de ser obrigatórias a partir do momento que as mesmas atinjam o valor do capital social. Contudo, a administração da Cooperativa dos Pedreiros considerou adequada a contínua dotação até atingir o valor constante na tabela 1 (400.977,03eur). Desta forma, assegura os riscos inerentes à cooperativa, tornando-a mais sólida. Constata-se que a reserva legal não foi movimentada ao longo dos exercícios, o que significa que a cooperativa não apresenta perdas ou que as perdas foram imputadas a outras reservas.

Verifica-se igualmente, que o resultado líquido ao longo dos exercícios económicos é sempre nulo, pelo que a cooperativa não registou ao longo destes exercícios ganhos ou perdas.

Tal poderá ser explicado, com a possibilidade da cooperativa poder modificar a retribuição da atividade cooperatizada dos seus membros, atuando pelo mecanismo financeiro de sobrevalorização dos levantamentos antecipados, aumentando a importância que é paga aos cooperadores pela prestação do seu trabalho. Desta forma, o cooperador receberá a totalidade da prestação pela sua atividade na cooperativa de forma antecipada, sem ter de esperar pelo fim do exercício para receber o retorno cooperativo. A prossecução de tal política económico-financeira tem como objetivo o excedente nulo.

Mas será isto o que realmente acontece na Cooperativa dos Pedreiros? Segundo informação prestada pela direção da cooperativa, as reservas são dotadas ao longo do exercício económico, não se esperando pelo final do exercício económico para a decisão de aplicabilidade. Dependendo da finalidade, a reserva vai sendo movimentada à medida que se verifica uma receita ou gasto. Aponte-se o exemplo da Reserva de Desenvolvimento e Modernização Estratégica de Qualidade Cooperativa (reserva estatutária), em que as rendas auferidas nos prédios construídos para desenvolvimento da própria sustentabilidade aumentam a reserva e as amortizações e gastos decorrentes da manutenção desse edifício diminuem-na.

Tendo em conta o indicador da variabilidade do capital social ao longo dos cinco exercícios económicos, (o capital social varia consoante a entrada de novos membros ou com a respetiva saída): em 2010 existiam na cooperativa 208 cooperadores e, em 2014, 186 cooperadores.

A reserva de reavaliação decorre da aplicabilidade do Decreto-Lei n.º 118-B/86 de 27 de maio, do Decreto-Lei n.º 49/91 de 25 de janeiro, do Decreto-Lei n.º 264/92 de 24 de novembro e do Decreto-Lei n.º 31/98 de 11 de fevereiro. A aplicação desta reserva, em 2014, foi consequência do inventário de ativos fixos em que se verificou que os mesmos estavam sobreavaliados e, nesta conformidade, a direção da cooperativa decidiu no sentido do seu abatimento pelo valor correspondente da reserva de reavaliação expressa no Balanço de 2013.

Estas reservas têm equivalência jurídica à reserva legal. Conforme expresso no art.º 295.º n.º 2 al. b), do CSC (por remissão do art.º 9.º, do CCoop), ficam sujeitas ao regime da reserva legal as reservas constituídas pelos “*saldos positivos de reavaliações monetárias que forem*

consentidos por lei, na medida em que não forem necessários para cobrir prejuízos já acusados no balanço”.

Ao contrário das outras reservas, a constituição da reserva de reavaliação não provém dos lucros realizados, na medida que a sua constituição destina-se a ajustar valorativamente o património da empresa aos valores expressos no mercado, ou ajustar os valores devido à existência potencial de mais ou menos valias ou variação do índice de preços, traduzindo-se em meras correções monetárias (Donário, 2013), ou seja resultam de reavaliações económicas determinadas por lei ou determinadas pela empresa (assumindo-se de forma livre).

Na rubrica “Outras Reservas” está incluída a reserva para a educação e formação cooperativa (exigida pelo art.º 70.º do CCoop) e as reservas previstas nos estatutos (Reserva da Secção de Solidariedade Social e a Reserva de Desenvolvimento e Modernização Estratégica).

4.2. Análise da relevância da reserva legal na Cooperativa dos Pedreiros

De seguida, realça-se a importância da reserva legal na Cooperativa dos Pedreiros. Evidencia-se o peso que a mesma assume no ativo, no passivo e no capital próprio da cooperativa. Além disso, mede-se a importância da reserva legal desta cooperativa por confronto com uma sociedade comercial.

Como se pode verificar na tabela 2, a reserva legal apresenta uma importância acrescida quando medida em relação ao passivo.

Tabela 2: Relevância da Reserva Legal

	2010	2011	2012	2013	2014
<i>Reserva Legal</i> <i>Ativo</i>	3,10%	3,11%	3,32%	3,35%	4,20%
<i>Reserva Legal</i> <i>Passivo</i>	17,92%	19,59%	27,12%	25,34%	28,54%
<i>Reserva Legal</i> <i>Capital Próprio</i>	3,75%	3,70%	3,79%	3,87%	4,92%

Fonte: Elaboração dos autores com base nas contas da Cooperativa dos Pedreiros

No decorrer dos anos, vai assumindo maior importância, como se constata na tabela 2 o valor da reserva legal em 2014 daria para “pagar” 28,54% das dívidas.

A variabilidade do capital social implica uma instabilidade financeira na cooperativa, que é colmatada pelas funções de salvaguarda da reserva legal, pois como se mostra na tabela 2 a reserva vai aumentando de importância ao longo dos exercícios económicos.

Constata-se ainda que a reserva legal funciona como primeira linha de defesa do capital social da Cooperativa dos Pedreiros, evitando que eventuais perdas decorrentes da atividade empresarial da cooperativa incidam diretamente sobre o capital social, determinando a sua redução.

Conclui-se, ainda, que a reserva legal robustece e consolida a cooperativa, funcionando como válvula de segurança tanto para os credores como para os próprios cooperadores. O facto de a cooperativa criar uma reserva legal forte garante por, um lado, a sua própria sustentabilidade e, por outro, torna possível fazer face a situações imprevistas.

4.3. Análise da relevância da reserva legal e reserva de reavaliação na Cooperativa dos Pedreiros

Como destacado, anteriormente a reserva de reavaliação equipara-se juridicamente à reserva legal, pelo que consolida a estrutura financeira da cooperativa. Deste modo, revela-se importante avaliar em que medida esta reserva, conjuntamente com a reserva legal, salvaguardam o capital social e funcionam como garantia adicional face aos cooperadores e a terceiros.

Tabela 3: Relevância da Reserva Legal e Reserva de Reavaliação

	2010	2011	2012	2013	2014
<i>R. Legal + R. Reavaliação</i> <i>Ativo</i>	18,41%	18,49%	19,75%	19,93%	4,20%
<i>R. Legal + R. Reavaliação</i> <i>Passivo</i>	106,51%	116,43%	161,17%	150,55%	28,54%
<i>R. Legal + R. Reavaliação</i> <i>Capital Próprio</i>	22,26%	21,98%	22,50%	22,97%	4,92%

Fonte: Elaboração dos autores com base nas contas da Cooperativa dos Pedreiros

Com a exceção de 2014 (ano em que a reserva de reavaliação foi aplicada), a importância das reservas é elevada, o que mostra uma vez mais que a criação de reservas fortes transmite, por um lado, segurança aos credores e, por outro, assegura a solvabilidade da cooperativa.

4.4. Análise da relevância da reserva legal e reserva de reavaliação numa sociedade de capitais

Tendo por base a Cooperativa dos Pedreiros e a Sociedade Alfa, S.A., passamos à análise comparativa com o objetivo de apurar a relevância da reserva legal em ambas as entidades e, em que medida, a reserva legal na cooperativa tem uma dotação diferente e mais relevante do que na sociedade comercial. Para o efeito, escolheu-se uma sociedade comercial que tem como objeto social a prestação de serviços de higiene e limpeza, denominada de Sociedade Alfa, S. A. em relação à qual tivemos acesso às contas de 2010, 2011, 2012 e 2013.

A tabela 4 mostra os principais indicadores da sociedade de capitais e, como se constata, o total de balanço é equiparado ao da cooperativa, para que o presente estudo seja efetivamente comparativo.

Tabela 4: Indicadores da Sociedade de Capitais

valores expressos em euros

	2010	2011	2012	2013
Ativo	10.267.290,63	12.111.674,95	11.933.375,23	11.062.545,35
Passivo	6.764.837,57	9.389.839,23	9.448.666,31	8.616.446,74
Capital Próprio	3.502.452,95	2.721.835,72	2.484.708,92	2.446.098,61
Capital Social	500.000,00	500.000,00	500.000,00	500.000,00
Reserva Legal	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00
Reserva de Revalorização	45.748,11	45.748,11	45.748,11	45.748,11
Outras Reservas	227.129,28	227.129,28	227.129,28	227.129,28

Fonte: Elaboração dos autores com base nas contas da Sociedade Alfa S.A..

A sociedade em análise trata-se de uma sociedade anônima, pelo que o capital social não poderá ser inferior a 50.000 euros (art.º 276.º n.º 5, do CSC).

Recorde-se que, tal como na cooperativa, a reserva legal é de constituição obrigatória. Sendo assim, será dotada até atingir o mínimo exigido pelo art.º 295.º, n.º 1 do CSC (20% do capital social). Repare-se que esta sociedade, sendo uma sociedade comercial, conta com uma dupla garantia: a garantia representada pelo capital social (que é estável e não variável) e a garantia representada pela reserva legal.

A tabela 5 demarca a relevância da reserva legal e da reserva de reavaliação na sociedade comercial.

Tabela 5: Relevância da Reserva Legal e Reserva de Reavaliação

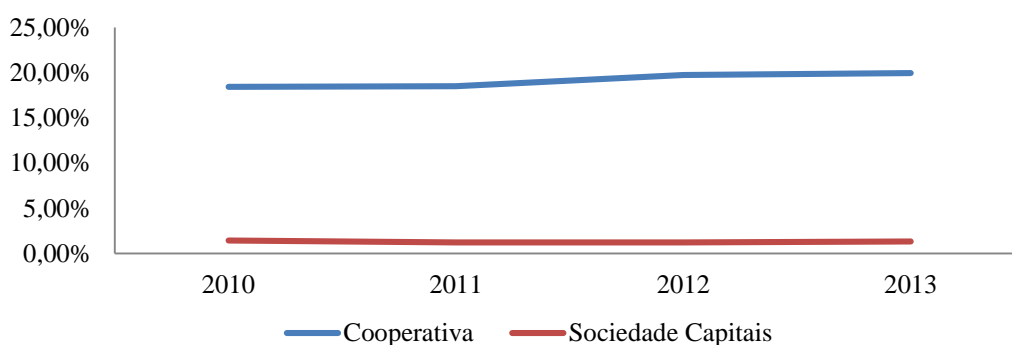
	2010	2011	2012	2013
$\frac{(R. Legal + R. Reavaliação)}{Ativo}$	1,42%	1,20%	1,22%	1,32%
$\frac{(R. Legal + R. Reavaliação)}{Passivo}$	2,15%	1,55%	1,54%	1,69%
$\frac{(R. Legal + R. de Reavaliação)}{Capital Próprio}$	4,16%	5,35%	5,87%	5,96%

Fonte: Elaboração dos autores com base nas contas da Sociedade Alfa S.A.

4.5. Paralelismo entre a importância da reserva legal na cooperativa e na sociedade de capitais

Como afirmado anteriormente, a reserva legal é de constituição obrigatória tanto nas cooperativas como nas sociedades anónimas. Pelo que, os próximos gráficos comparam a relevância da reserva legal e da reserva de reavaliação na Cooperativa dos Pedreiros com as correspondentes reservas na sociedade comercial Alfa S.A..

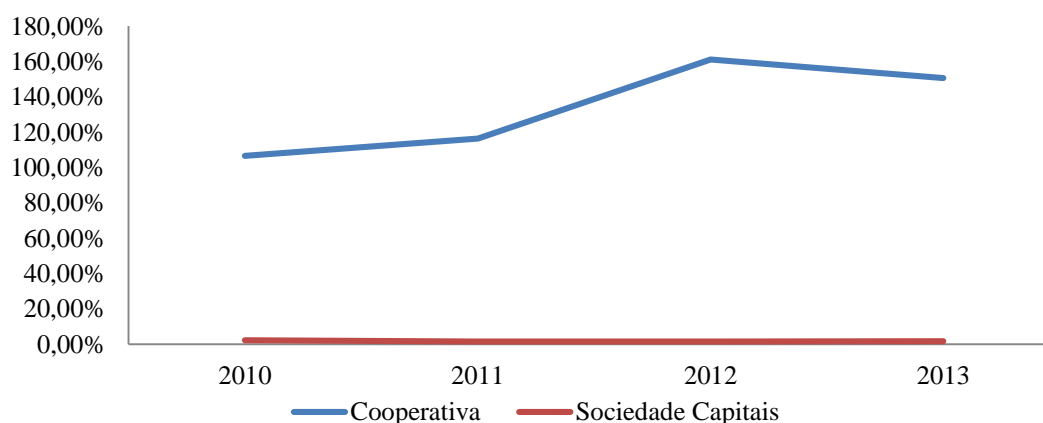
Gráfico 1: Peso da Reserva Legal no Ativo



Como se verifica no gráfico 1, a reserva legal assume maior relevância na cooperativa quando comparada com a reserva legal de uma sociedade comercial (relembre-se que a estrutura financeira da sociedade comercial é semelhante, em termos de balanço, à da cooperativa).

O facto da reserva legal ter maior relevância na cooperativa face à sociedade comercial pode ser explicado pela debilidade de função de garantia desempenhada pelo capital social na cooperativa, resultante do seu carácter variável (tal como anteriormente retratado). Deste modo, o reforço das reservas, nomeadamente a reserva legal, permitirá aos cooperadores ter uma empresa mais sólida, fomentando a expansão da atividade social, e defendendo os interesses deles mesmo em caso de liquidação da cooperativa, tal como acima mencionado.

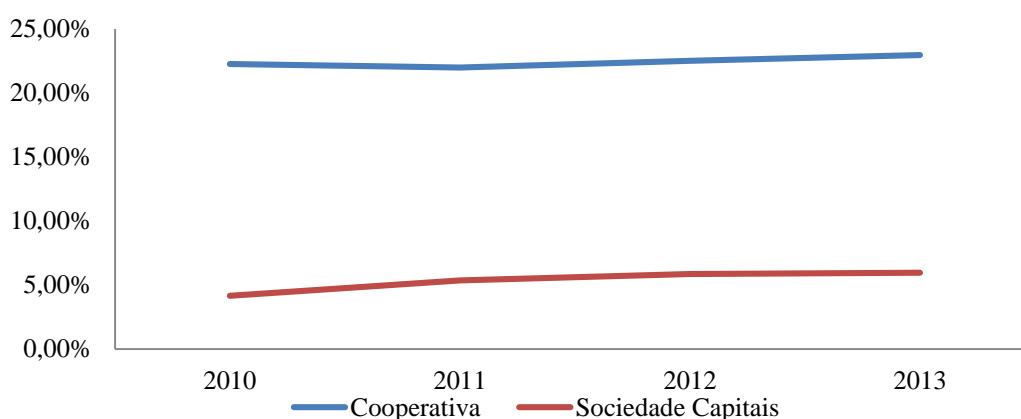
Gráfico 2: Peso da Reserva Legal no Passivo



O peso da reserva legal no passivo assume-se bastante relevante na cooperativa face à sociedade anónima. Na sociedade comercial, contrariamente à cooperativa, o capital social desempenha uma garantia perante os credores, sendo a reserva legal uma imposição do legislador e o seu montante mínimo terá de representar 20% do capital social (art.º 295.º, n.º 1 do CSC).

O facto da reserva legal assumir maior relevância na cooperativa do que na sociedade comercial era expectável, uma vez que a característica de variabilidade do capital social nas cooperativas só poderia ser atenuada por uma rubrica de balanço que servisse de paliativo aos efeitos provocados por tal particularidade. Sendo a reserva legal de constituição obrigatória e com um destino fixado na lei, que a impede de ser distribuída pelos cooperadores, a mesma servirá como mecanismo de proteção dos credores, atenuando as debilidades do capital social.

Gráfico 3: Peso da Reserva Legal no Capital Próprio



Como se verifica no gráfico 3, a reserva legal assume maior importância na cooperativa quando comparada com a reserva legal de uma sociedade comercial. Sabendo que o capital social na cooperativa tem um valor mínimo imposto pelo CCoop, muito reduzido quando comparado como o exigido a uma sociedade anónima, facilmente se depreende a importância da reserva legal na cooperativa, especificamente na Cooperativa dos Pedreiros.

Os Estatutos da Cooperativa dos Pedreiros, no seu art.º 5.º, n.º 1, estabelecem um capital social mínimo de 2.500eur. Em 2014 o valor do capital social constante no balanço é muito superior (6.155eur), variando consoante a entrada de novos membros ou a saída destes.

4.6. Paralelismo do tratamento jurídico da reserva legal entre as cooperativas e as sociedades comerciais

A tabela 6 pretende evidenciar as diferenças do tratamento jurídico da reserva legal nas cooperativas e nas sociedades comerciais.

Tabela 6: Paralelismo do Tratamento Jurídico da Reserva Legal

Cooperativas	Sociedades Comerciais
Legislação	
art.º 69.º do CCoop	art.ºs 218.º, 295.º, 296.º do CSC
Função Genérica	
Proteção dos credores	Proteção dos credores
Obrigatoriedade	
É obrigatória a constituição de uma reserva legal	É obrigatória a constituição de uma reserva legal
Utilização	
Cobrir eventuais perdas do exercício, não sendo necessário que previamente se utilize outras reservas.	Cobrir prejuízos após utilização das outras reservas
	Aumento do capital social
Constituição e limites	
Jóias	Sociedades por quotas: mínimo 5% dos lucros do exercício até atingir 20% do capital social com um mínimo de 2.500eur
Mínimo 5% dos excedentes anuais líquidos até atingir o montante igual ao máximo do capital social	Sociedades anónimas: mínimo 5% dos lucros do exercício até atingir 20% do capital social

Fonte: Elaboração dos autores

Como se verifica na tabela, existem diferenças substanciais entre a cooperativa e a sociedade comercial. As diferenças consubstanciam-se a nível do destino da reserva legal, assim como os limites impostos para a sua constituição.

Como referido anteriormente, o legislador exige uma maior dotação da reserva legal nas cooperativas face às sociedades comerciais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reserva legal é obrigatória quer nas cooperativas quer nas sociedades comerciais. A razão de ser desta obrigatoriedade reside na necessidade de proteção dos credores, uma vez que a reserva legal robustece e consolida a entidade.

Constatou-se que na Cooperativa dos Pedreiros existe a preocupação em dotar a reserva legal de um montante que garanta a sustentabilidade da cooperativa. Tal é evidenciado pelo montante da reserva legal que é muito superior ao exigido pela legislação aplicável. Nos termos do CCoop, as reversões para a reserva legal deixam de ser obrigatórias quando a reserva atinja um montante igual ao máximo do capital social atingido pela cooperativa. Ora, em 2014, a Cooperativa do Pedreiros apresenta uma reserva com o valor de 400.977,03eur, sendo o capital social muito inferior (6.155eur).

Dado o carácter variável do capital social nas cooperativas, a reserva legal é uma das componentes mais importantes na estrutura financeira da cooperativa. No caso da Cooperativa dos Pedreiros, a reserva legal apresenta-se como o recurso financeiro de melhor qualidade, funcionando como uma salvaguarda do capital social, evitando assim que eventuais perdas decorrentes da atividade empresarial da cooperativa determinem a sua redução.

Os destinos possíveis da reserva legal nas cooperativas são mais limitados do que nas sociedades comerciais, uma vez que naquelas tal reserva se destina exclusivamente à cobertura de perdas, afastando-se, deste modo, a possibilidade de serem utilizadas no aumento do capital social. Acresce, igualmente, o carácter irrepartível da reserva legal cooperativa.

A reserva legal na Cooperativa dos Pedreiros assume maior relevância face à reserva legal da sociedade anónima objeto de análise, o que se explica pela debilidade da função de garantia desempenhada pelo capital social cooperativo. Diversamente da cooperativa, a sociedade comercial conta com uma dupla garantia: a garantia representada pelo capital social e a garantia representada pela reserva legal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Amorim, J. (1973). *Noções básicas de Contabilidade Geral*. Vol. II, 3.^a ed., Porto: Livraria Axis.
- Bandeira, A. (2014). “Algumas reflexões sobre o enquadramento contabilístico do sector cooperativo”. *Revista da OTOC* de janeiro; pp. 53-54.
- Borges, A. *et al* (2010). *Elementos de Contabilidade Geral*. Lisboa: Áreas Editora.
- Domingues, P. (2004). *Do Capital Social. Noção Princípios e Funções*. 2.^aed., Coimbra: Coimbra Editora.
- Domingues, P. (2012). *Código das Sociedades Comerciais em Comentário*. (coord. de Jorge Manuel Coutinho de Abreu). Coimbra: Almedina
- Donário, A.A. (2013). *Natureza dos Excedentes e Reservas nas Cooperativas: Seu Retorno e Distribuição*, 2d ed. Lisboa: EDIUAL CEU- Cooperativa de Ensino Universitário, C.R.L..
- Meira, D. (2009). *O regime económico das cooperativas no Direito Português: o capital social*. Porto: Vida Económica.
- Meira, D. (2010). As operações com terceiros no direito cooperativo português, Comentário ao Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 18 de dezembro de 2007. *Ciências Empresariais e Jurídicas*, n.º 17, ISCAP, pp. 93-112.
- Meira, D. (2011a). “A reserva legal nas cooperativas”. *Ciências Empresariais e Jurídicas*, n.º 19, ISCAP, pp.7-25.
- Meira, D. (2011b). As insuficiências do regime legal do capital social e das reservas na cooperativa. *I Congresso do Direito das Sociedades em Revista*. Almedina, Coimbra.
- Meira, D. (2012). Revisitando o problema da distinção entre excedente cooperativo e lucro societário. In *II Congresso do Direito das Sociedades em Revista*, Almedina, Coimbra, pp. 353-374.
- Meira, D. e Ramos, M. (2014). *Governança e Regime Económico das Cooperativas*. Porto: Vida Económica.
- Namorado, R. (2013). *O essencial sobre cooperativas*. Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- Rodrigues, J. (2009). *SNC - Sistema de Normalização Contabilística Explicado*. Porto: Porto Editora.

Legislação consultada:

- Decreto-Lei n.º 309/81, de 16 de novembro. Diário da República n.º 264/1981 – Série I. Presidência do Conselho de Ministros.
- Lei n.º 51/96, de 7 de setembro. Diário da República n.º 208/1996 – Série I- A. Assembleia da República.
- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho. Diário da República n.º 133/2009 – Série I. Ministério das Finanças e Administração Pública.
- Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março. Diário da República n.º 48/2011 – Série I. Ministério das Finanças e Administração Pública.
- Lei n.º 30/2013, de 8 de maio. Diário da República n.º 88/2013 – Série I. Assembleia da República.

Sites consultados:

- <http://www.cases.pt/>, consulta realizada em 1 de abril de 2015.
- <http://cooperativapedreiros.pt/>, consulta realizada em 7 de abril de 2015.